

Apoio do PMDB é obrigação, diz presidente

23 MAI 1987

ANC P. 2

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente José Sarney voltou ontem a usar uma cadeia nacional de emissoras de rádio para advertir publicamente o PMDB e o PFL, afirmando ser uma obrigação dos dois partidos apoiá-lo na decisão de fixar o mandato em cinco anos. Sarney lembrou que sempre foi solidário com os partidos da Aliança Democrática e, portanto, espera dela a mesma coisa. Dos demais partidos, mais do que apoio, Sarney espera compreensão.

A advertência do presidente foi feita no programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio". Ele lembrou, mais uma vez, que foi eleito juntamente com Tancredo Neves para um mandato de seis anos, que, na sua opinião, é longo, e por isso resolveu abrir mão de um, fixando-o em cinco anos. A decisão, disse, foi para possibilitar a conciliação e definir logo este assunto, para que o governo possa trabalhar, ter horizontes para tomar decisões e enfrentar o problema da inflação, da dívida e da carestia com todas as forças.

Sarney deu um duro recado

também aos pessimistas. "Eu não me alistarei no exército dos pessimistas. Eu não desanimo. Continuo firme", afirmou. Recordou ainda a indicadores econômicos não-citados para prometer que irá cumprir a meta de crescer, este ano, "em condições de não provocar desemprego e manter o dinamismo da nossa economia". Ele reconheceu: "Temos problemas; grandes problemas; mas eu sempre estarei aqui para acreditar no Brasil, na superação dos nossos problemas e acreditar na nossa capacidade".

Sarney disse que não deseja o poder nem tem ambição de poder. "O que desejo" — completou — "é ter condições para trabalhar fora das indefinições e das lutas políticas sobre mandatos que prejudicam a Constituinte, prejudicam o povo brasileiro, prejudicam o nosso país e atrasam a solução dos nossos problemas".

Segundo o presidente, uma vez definido esse assunto, ele se considera em condições de resolver todos os problemas que atormentam o país.

Covas considera métodos do Planalto condenáveis

"Se tudo isso que se denuncia estiver acontecendo, só posso dizer que são métodos inteiramente ultrapassados e condenáveis". O comentário foi feito ontem pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, referindo-se aos métodos empregados pelo presidente José Sarney para angariar o apoio necessário à sua permanência no poder por cinco anos, através da distribuição de cargos públicos aos parlamentares, de verbas aos governadores e outros benefícios custeados com recursos da União.

O senador Mário Covas evitou responder às interpretações de porta-vozes do Palácio do Planalto, segundo as quais ele é o principal adversário e inimigo do governo. No entanto, disse não se considerar nem uma coisa, nem outra, nem como escolhido para alvo do governo. "Além disso, analiso apenas a minha posição em relação ao governo e não ao contrário. Nem vou discutir esse assunto".

O líder peemedebista estranhou ainda as acusações contra ele, lembrando ter sempre defendido uma definição da duração do mandato do presidente José Sarney, o que

considera uma necessidade. Ele estranha que o governo o critique por pretender uma definição tão solicitada pelo presidente José Sarney.

A respeito dessa questão, contestou que esteja articulando o adiamento da definição pela Convenção Nacional do PMDB, marcada para os próximos dias 13 e 14 de junho. Mário Covas disse ser indispensável a decisão sobre o mandato de José Sarney, caso contrário ele prevê que cada peemedebista poderá sair da reunião defendendo posições diferentes, o que, inclusive, pode precipitar a campanha pelas diretas.

Pessoalmente a favor do mandato de quatro anos, com eleições em novembro do próximo ano, o senador Mário Covas acha que o PMDB ficará sem rumo na Constituinte em relação a esse ponto, se a convenção não defini-lo de uma vez por todas. Se a providência não for adotada, o que ele admite como uma possibilidade, nada impedirá que peemedebistas passem a defender diretas-já, com prejuízos para os trabalhos da Constituinte.

Ameaças de retaliações revoltam constituintes

A determinação do presidente Sarney para que nenhuma nomeação se faça a partir de agora no serviço público federal sem o seu conhecimento provocou ontem indignação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte e levou o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) a romper com o governo.

Em discurso da tribuna, Duque acusou o presidente da República de falta de competência, seriedade e credibilidade e definiu o governo como um "condomínio de interesses conflitantes dos amigos do poder, fortemente influenciado pela nova sociologia maranhense, de compra e venda e do dá ou desce".

O deputado criticou igualmente o PMDB, por não reagir à altura contra o "mercado persa de compra e venda de cargos e posições", sustentando que é preciso ser investigado até que ponto são verdadeiras as informações de que o líder do governo na Constituinte dispõe de 10 mil cargos para negociar favores políticos. E ainda: O SNI estaria dando notas de 5 a 10 para os governadores de estado, de acordo com o poder destes de aliciar parlamentares para as conveniências do governo, influenciando fortemente nestas práticas, segundo o deputado, a luta de Sarney pelo mandato de cinco anos.

Sarney também foi acusado por Juarez Antunes (PDT-RJ) de fazer da coisa pública um supermercado. E Hélio Wedekin (PMDB-SC) advertiu que, com isso, o presidente só fará aumentar a resistência às suas pretensões.

Antero de Barros (PMDB-MT) acusou o presidente Sarney de querer passar ao PMDB um atestado de amnésia, para que esqueça o compromisso de estabelecer em quatro anos o atual mandato presidencial e pediu à Mesa da Constituinte que, com base no Regimento Interno, requisite 60 minutos em rede de rádio e televisão para as lideranças darem resposta ao discurso presidencial.

"Vamos comunicar à Nação — disse — e ao presidente da República que, oportunamente, soberanamente, iremos decidir aqui este mandato". E contestou também a queixa palaciana de que o PMDB não tem dado apoio ao presidente da República.

Defesa

Mas Sarney encontrou também defensores. O mais enfático foi José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), para quem a determinação do



Duque denuncia incompetência

presidente aos seus ministros faz parte da lógica política. Para ele, é uma questão de reciprocidade. E deu um recado aos seus companheiros de partido: "O que é necessário é que se exija, de quem vestiu a camisa, que honre essa camisa, caso contrário tire-a e vista a camisa que quiser. Ou somos governo e assumimos erros e acertos, ou então saímos do governo e vamos para a oposição".

Francisco Amaral (PMDB-SP) também ficou com o presidente, mas sem se referir à questão das nomeações. Apenas defendeu o direito de o presidente também manifestar suas opiniões e preferências, como o fez pela televisão. Disse que ele merece elogios por ter exposto às claras a sua posição. E anunciou ser favorável ao mandato de cinco anos, posição que acredita ser também a da maioria política do país.

"Sem ingenuidade"

No Recife, o deputado constituinte Maurílio Ferreira Lima, relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, disse que considera "irreversível" o distanciamento dos setores "progressistas" do PMDB do presidente José Sarney. Mas ressaltou que essa ala mais à esquerda do partido não pretende "cometer a ingenuidade" de romper com o presidente, agora, porque precisa dele para consolidar a transição democrática.

"Vamos aguardar, sim, que o presidente se distancie de nós, como aliás já está fazendo. O presidente já se distanciou do governador Miguel Araes, que lhe dava sustentação política desde a primeira hora, e agora acaba de se distanciar também do senador Mário Covas."